

Pereira, Carlos Luis (org.). (2021). *100 anos de Paulo Freire: a pedagogia freiriana no ensino-aprendizagem da educação brasileira*. Curitiba: Bagai, 286 pp.

Educação enquanto prática de liberdade. A afirmação, que pode parecer despretensiosa, tem em si um significado muito intenso (como foi a vida e obra do grande mestre Paulo Freire) na medida em que entende ser possível, por meio da educação, a emancipação dos sujeitos, que podem deixar de ser oprimidos para se tornarem livres por meio de um processo de conscientização. E essa liberdade envolve a rejeição dos silenciamentos, de todas as formas de discriminação e das amarras de ordem social, econômica e política, especialmente nos países periféricos em via de desenvolvimento.

Seu pensamento, ainda atual, é tema do primeiro capítulo do livro, escrito por Jayson Magno, que traz a *práxis* enquanto compreensão epistemológica da educação, conceito que une ação e reflexão para o exercício da prática educativa. Este conceito fundamenta-se no princípio da dialogicidade e permite que o currículo seja pensado e vivenciado para além da fragmentação prescritiva existente, continuando a alienar os sujeitos. A libertação dos oprimidos é a grande utopia desta proposta.

Essa perspectiva, que coloca a educação como uma das formas de resistência aos projetos hegemônicos, entende o educador como defensor da prática democrática e emancipatória, que se opõe à educação bancária, tendo no processo de ensino-aprendizagem uma formação crítica e emancipatória comprometida com as mudanças. Emancipar significa subsidiar os educandos para que, ao tomarem consciência, possam enfrentar e intervir nas injustiças presentes na sociedade. Essa pedagogia crítica se alia aos projetos educacionais socioambientais, conforme defende Maria de Lourdes Barros, por meio da proposta de investigação temática e do trabalho com temas geradores. Os problemas socioambientais precisam ser problematizados para além da “reciclagem do lixo”. Devem envolver diferentes atores da sociedade civil e do poder público em uma discussão mais ampliada para que em longo prazo seja possível minimizar os impactos da ação humana. A escola é espaço privilegiado para a constituição de uma nova e necessária relação entre homem e ambiente na busca de práticas sociais transformadoras.

Para além disso, a escola é espaço onde ensinar é um ato de amor e de coragem e não um processo de transmissão, conceituado como educação bancária por Paulo Freire, onde os educandos são meros receptores de conhecimentos por meio de práticas de ensino mecânicas e descontextualizadas. Mirabel Santos, Afonso Assis e Islane Souza tratam dessa temática no terceiro capítulo do livro que tem como objeto o ensino da matemática. A percepção é a de que as aulas desse componente ainda se concentram em conteúdos que, muitas vezes, não têm relação com a vida e o cotidiano com pouco significado para a

aprendizagem. Traz a problematização de três aspectos fundamentais para a mudança deste processo: formação inicial, formação permanente e materiais estruturados (como o livro didático) que ainda carecem de aperfeiçoamento porque podem promover a transformação da realidade dos educandos. Investir nesses três aspectos garante que o professor, ao ser mais bem formado e ter materiais mais adequados, desenvolva o senso crítico e dialógico que são premissas para uma educação que se apoia na perspectiva freiriana e podem levar os sujeitos – na relação que estabelecem no espaço escolar – a mudanças importantes em sua vida e de sua comunidade.

Essa concepção também está presente na educação indígena, foco de dois artigos do livro, escritos por Carolina Rosemberg e Carlos Pereira (capítulo três) e por Claudio Santos e Maria Maciel (capítulo cinco). Pensar na educação indígena desde a época da colonização remete aos preceitos de educação bancária no sentido em que o objetivo dos jesuítas era catequizar a população brasileira com os valores hegemônicos e culturais europeus já que se tratava da educação de “povos inferiores”. A escolarização aqui é tida como mais uma forma de dominação. Ambos os artigos tratam da educação matemática trazendo os conhecimentos e a cultura dos povos indígenas Tupinikim e Kadiwéu, do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul respectivamente, bem como a discussão sobre o currículo comum nacional oficial de matemática e os saberes dos referidos povos que, historicamente, são passados de geração em geração, sendo a base dos fazeres cotidianos nas regiões de origem. Entra então em discussão o conceito de etnomatemática que, desde a década de 1970, tece críticas acerca do ensino tradicional da matemática dando ênfase às práticas em seus diferentes contextos culturais. Outra questão trazida nos artigos refere-se ao processo de ensino que nem sempre é realizado pelos próprios indígenas e, neste caso, a língua originária também deixa de ser a utilizada o que vai, em um contexto geral, descaracterizando a cultura e os saberes historicamente produzidos por esses povos. Os artigos revelam a necessária resistência que os povos vêm fazendo no sentido de não serem – eles próprios e sua cultura – objetos de opressão da cultura hegemônica, especialmente no processo de ensino-aprendizagem da matemática que se distancia do currículo comum e que precisa ter seu lugar nos espaços escolares.

A crítica à educação bancária e a importância da relação entre educador e educando também estão presentes no artigo de Daynara Côrtes que, ao referenciar-se nos livros *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia do Oprimido*, além do diálogo destes com autores como Frantz Fanon, Karl Marx e Albert Memmi, trata da *práxis* libertadora. Neste cenário se apresentam os opressores e oprimidos – aqui trazidos como colonizadores e colonizados por Fanon – que, por meio da organização coletiva, têm a possibilidade de libertar-se da opressão colonial ao tomarem consciência de sua situação. Com Marx, dialoga sobre a produção capitalista, a ditadura do mercado, o lucro nas mãos de uma minoria e a educação inserida em um lugar de disputas. Com Memmi, sobre o racismo incorporado nas relações de dominação e que gera tantas desigualdades. Reafirmam a importância de uma educação

que se opõe a qualquer lógica de dominação e de exploração e que reconheça – como forma de resistência – a multiculturalidade do mundo, intervindo e transformando a realidade.

No capítulo sete Edna Ferreira apresenta a experiência de cinco escolas do Amapá retratando a gestão democrática através do trabalho integrado da equipe gestora. A perspectiva da pesquisa é de que por meio da materialização da gestão democrática a educação emancipatória pode se tornar realidade na medida em que pressupõe diferentes fóruns de participação de todos os educadores e da comunidade escolar. Entre eles destacam-se o Projeto Político Pedagógico que através da participação coletiva, do diálogo e da intencionalidade, marcam o poder coletivo local para efetivação de uma escola cidadã. Outra importante instância participativa é o Conselho de Escola que conta com a representatividade de todos os segmentos da escola na tomada de decisão sobre diferentes aspectos, inclusive, os que envolvem os gastos das verbas. Além disso, tornar a escola democrática impacta consideravelmente a qualidade da educação ofertada e a possibilidade de consciência das pessoas, especialmente dado o aumento significativo das parcelas das camadas populares na escola e a importância para que nela permaneçam. Ampliar as instâncias democráticas permite que os sujeitos se sintam parte do projeto escolar.

Já no capítulo oitavo um grupo de mestrandos da UFMT traz a discussão sobre a Educação Libertadora na perspectiva de Paulo Freire relacionada à prática da Educação Física escolar de forma a contrapor uma educação bancária onde o professor é um mero transmissor dos conhecimentos aos educandos. Para mudar essa perspectiva é necessário que a reflexão crítica esteja presente e que envolva tanto teoria quanto prática. Dois aspectos são destacados: o primeiro deles é a formação inicial do professor, porque pode trazer a compreensão sobre o conhecimento; e a relação que se constrói com os alunos numa perspectiva dialógica e que considere suas histórias e cultura. Trazer para a relação professor-aluno os conhecimentos prévios dos educandos permite que se construa a consciência de que ensinar não se resume à transferência de conhecimentos, mas é uma ação conjunta, em uma relação horizontal que, por intermédio do processo de conscientização, pode transformar realidades e mudar a estrutura dominante. Especialmente no que tange à Educação Física é necessário desconstruir a prática pautada em movimentos mecânicos e vivenciar as manifestações corporais arraigadas na cultura.

Eliana Almeida e Maria Maciel também tratam da prática pedagógica adentrando no universo das tecnologias da informação e da comunicação no currículo escolar e a necessidade de revisão da atividade docente frente aos desafios da atualidade que adentram os protões escolares, sobretudo no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e a ascensão da tecnologia. Não é mais possível vislumbrar a escola sem esta realidade.

Modernidade e Pós-Modernidade são tema do artigo de Fábio Aksacki e a forma como influenciaram – e estão a influenciar – a escola e suas práticas considerando as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas: sociedade industrial, consolidação do capitalismo como sistema econômico, a educação para as classes populares, entre outros aspectos,

que moldaram a escola e a formação dos sujeitos (acríticos e resignados) e de forma a responder aos anseios dos preceitos modernos. Não se nega o progresso empreendido na modernidade, mas as consequências, que ampliaram consideravelmente as desigualdades, deixando marcas profundas na sociedade pós-moderna. A Educação Libertadora, designio de Paulo Freire, que se contrapõe à educação bancária imposta pela classe dominante, é a possibilidade para o rompimento dos princípios modernos em busca de práticas emancipadoras e humanizadoras.

É nesse sentido que Felipe Labruna, no capítulo onze, trata da educação como transformadora de uma realidade eivada pela pauta neoliberal em que a escola acaba, por vezes, reproduzindo a ideologia e interesse das classes dominantes de modo a permitir a manutenção e expansão do capital. Neste contexto, ganham espaço pautas conservadoras que envolvem a “ideologia de gênero” e a “educação cívica” e que militam por escolas que mantenham o *status quo* ignorando, por exemplo, a filosofia e a ciência. Em especial após as eleições presidenciais de 2018 há a expansão do conservadorismo no Congresso Nacional por meio das bancadas conhecidas por BBB (boi, bala e bíblia) que vêm interferindo nas políticas educativas, sociais e culturais de modo a manter silenciados os historicamente oprimidos. A radicalidade democrática, defendida por Paulo Freire, é o contraponto à exploração e subjugação que esses grupos tentam manter. A escola é o espaço para salvaguardar os direitos e o bem comum coletivo que resiste às forças neoliberais ainda tão presentes em nosso país.

Mas, para que a escola se torne espaço de emancipação por meio de práticas educativas conscientes, é necessário refletir sobre as pedagogias decoloniais, tema trazido por Manuel Tavares no capítulo doze, a partir de três aspectos: os pressupostos teóricos do Grupo Modernidade / Colonialidade (M/C) que se compromete com uma educação intercultural para a cidadania global que reconheça todos os saberes subalternizados historicamente. O segundo aspecto refere-se ao desvelamento das verdades únicas (europeias) que foram impostas aos diferentes povos que tiveram suas histórias silenciadas. E, por fim, a construção de práticas pedagógicas decoloniais que, ao se posicionarem de forma crítica, viabilizem a justiça cognitiva, a emancipação social e a humanização. O professor tem um papel central nesta ação porque reproduz conhecimentos e relações hierarquizadas de poder, muitas vezes de forma acrítica e inconsciente, perpetuando a cultura dominante. Um giro decolonial, como chamam alguns autores da M/C, é uma alteração de perspectiva e de atitude, que se faz necessário de forma a questionar as lógicas construídas e impostas pelo colonialismo de modo a permitir uma “prática pedagógica democrática, humanista e politicamente comprometida” (p. 159), conforme prega Paulo Freire.

Compreender profundamente a realidade vivida, para nela intervir, exercício praticado por Paulo Freire e longamente discutido em *Pedagogia do Oprimido*, é pressuposto para a inserção dos sujeitos no mundo. Valdo Barcelos e Maria Azzolin debatem a temática em seu artigo, analisando, de forma bastante cuidadosa, os capítulos do livro acima citado, além

de entrecruzarem as lições do mestre com outros livros que escreveu. Principalmente em tempos tão difíceis para a educação, com o levante do conservadorismo, Paulo Freire nunca se fez tão atual. Que legado (e missão) nos deixa? Esperançar! Transformar a realidade vivida em realidade sonhada. Se estivéssemos perto desta façanha, talvez não presenciássemos o ressurgimento de forças obscuras que ainda adentram cada aspecto da nossa sociedade e da vida dos povos que ainda estão marginalizados. Paulo Freire, patrono da educação brasileira, abre horizontes de esperança, tão necessários em tempos de desespero.

Minéa Pascholeto Fratelli

Doutoranda em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho,
São Paulo

E-mail: mpfratelli@sme.prefeitura.sp.gov.br

ORCID: orcid.org/0000-0002-1800-294X